



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# M MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VII - Nº 129 - 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 1997 - R\$ 1,00

**Só o movimento unitário dos explorados poderá acabar com o plano antinacional e antipopular de FHC**

## Por uma Plenária Nacional de base

1. O Plano Real e as reformas neoliberais do governo demonstraram que: a) congelam os salários, enquanto ainda existe inflação; b) aumentam o desemprego; c) facilitam aos patrões demitirem em massa; d) acabam com a estabilidade do funcionalismo; e) modificam a lei da Previdência social, dificultando a aposentadoria para um número maior de trabalhadores; f) entregam as estatais ao grande capital internacional e aos burgueses serviçais do imperialismo; g) aumentam os impostos pagos pelos assalariados.

2. O governo traçou uma linha de liquidação do MST. Por todos os lados as forças repressivas estão cercando o MST. Para isso, veio a lei do desarmamento. Para isso, o governo aumentou a repressão às ocupações. Para isso, as prisões de lideranças está na ordem do dia na Justiça burguesa. Acrescenta-se: a) nenhuma punição foi dada aos assassinos que provocaram as chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás; b) a UDR reconstituiu-se como milícia armada de latifundiários sob o olhar complacente das autoridades e apoio velado.

3. O governo de aliança PSDB/PFL, apoiada por uma maioria conivente do PMDB, PTB, PPB, PSB etc, impôs a reeleição, evitando até mesmo o plebiscito, com o qual poderia manobrar a seu favor. O objetivo é claro: permitir que tal aliança pró-imperialista e antipopular dos partidos burgueses continue a implantação do plano de fome, miséria e entreguismo.

4. A corrupção tem explodido sob o governo FHC, como explodiu no de Sarney e de Collor. O roubo dos precatórios é de responsabilidade também do governo federal. O Banco Central tinha ciência de tudo que ocorria. E este é uma peça de funcionamento do Estado, ou seja, do governo federal. A CPI irá, sem dúvida, acobertar a responsabilidade de FHC, dos partidos aos quais pertencem governadores e prefeitos, do Senado que aprovou os precatórios e dos grandes bancos (Bradesco etc), que tiveram alta lucratividade com a espoliação do dinheiro público.

5. O apoio a bancos quebrados e o subsídio milionário aos poderosos

banqueiros que os incorporam mostram bem o desperdício do dinheiro público. O governo de FHC é um governo de banqueiros, latifundiários, multinacionais e grandes capitalistas nacionais. Assim, maneja as finanças do Estado para protegê-los da crise. E, na outra ponta, descarrega a quebra de capitalistas sobre as massas.

6. O governo FHC é um governo anti-educação e anti-saúde pública. Está mais do que claro que vem conduzindo a educação e a saúde para maior privatização. O Plano Decenal para a educação e a LDB de Darcy Ribeiro ameaçam o ensino público e gratuito nas universidades e no segundo grau. Os hospitais de serviço público estão arruinados. As calamidades na área da saúde são frequentes.

7) A situação de desemprego e pobreza das massas vai se agravar ainda mais. É falsa a avaliação governamental e a perspectiva de que a "estabilização econômica" melhorou e melhorará a vida da maioria explorada. Estamos diante de uma tormenta ainda maior que está por vir.

8) O Plano Real começa a revelar seu pé de barro. O artificialismo da moeda forte e a estabilidade inflacionária estão sendo sustentados à custa de abertura do mercado e endividamento estratosférico. A abertura conduz à quebra de parte da indústria interna e à desnacionalização. O endividamento leva a maior entrega de capital aos banqueiros internacionais. Tais medidas afetarão mais à frente a dita estabilidade. Uma nova crise será mais profunda e atingirá com maior gravidade os trabalhadores.

Diante desse quadro, é preciso organizar um movimento nacional dos explorados, no interior do qual se constitua a aliança operário e camponesa. É preciso que os sindicatos, CUT, movimentos populares, movimento dos sem terra e correntes de esquerda convoquem uma **PLENÁRIA NACIONAL DE BASE**, para aprovar uma plataforma de reivindicações e um plano de luta, que inclua a preparação da greve geral por tempo indeterminado.

**Fortaleza - CE  
Construção Civil**

**TODO APOIO À GREVE!**

**DERROTAR OS  
PATRÕES, FHC, TASSO  
E JURACI!**

**Abaixo o cartão, Juraci e os  
empresários!**

**Defender a meia, rumo ao passe livre  
para estudantes e desempregados!**

**Estatização das empresas de  
transporte coletivos sob controle  
dos trabalhadores!**

# A Quinzena de Luta do Movimento Operário

Cresce o desemprego, principalmente na região mais industrializada do país, a Região Metropolitana de São Paulo: 1,19 milhão de trabalhadores estão desempregados, sem totalizar os 43 mil que saíram do mercado de trabalho e os 62 mil postos de trabalho eliminados. Em contradição, as indústrias paulistas cresceram 2,6% no mesmo período. Dados do governo (do próprio Ministério do Trabalho) dizem que, desde a implantação do Plano Real, em julho de 1994, 755.379 empregos "desapareceram".

O desemprego e o baixo salário fazem com que a maioria dos trabalhadores aceitem jornadas diárias extensas, às vezes sem receber as horas extras, trabalhem feriados, domingos, se sujeitem ao contrato temporário etc. Manter os salários sempre arrochados e uma reserva de desempregados é a condição para garantirem sempre lucros e a força de trabalho barata. Assim, os capitalistas aumentam a produção, reduzem a folha de pagamentos de sua empresa e fecham vagas no mercado de trabalho. Engordam seus bolsos e barrigas e esmagam os operários com a fome e a miséria. Os operários e os seus próprios filhos são obrigados a deixar a escola para ajudar no orçamento familiar. Existem no país 4.547.944 crianças trabalhando de 7 a 12 horas, recebendo menos de um salário mínimo por mês. A opressão e exploração da classe capitalista contra a classe operária só pode ser combatida com a unidade dos trabalhadores na luta por seus interesses comuns. O aumento real de salário, de acordo com o aumento do custo de vida e a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias são bandeiras da luta contra o desemprego e o baixo salário.

## O caminho das lutas

\* Os professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) pararam as aulas por uma semana (17 a 21 de março) em protesto contra o não pagamento do piso salarial pelo governo Tasso. A paralisação se expandiu para o interior do estado entre os dias 23 a 25. O POR defendeu a luta contra a ofensiva privatizante do governo FHC e Tasso.

\* Os trabalhadores da Construção Civil do Ceará fazem campanha salarial. Entretanto, as reivindicações apresentadas pela direção do sindicato são limitadas e não atendem as necessidades da categoria. A campanha defende um salário de apenas 230 reais. O POR tem defendido um conjunto de reivindicações e coloca a necessidade de construir uma direção revolucionária.

\* Metalúrgicos da Gazarra em protesto contra demissões, na estrada do Pêssego, em Itaquera, são presos por policiais, que tentam também retirar os carros de som do sindicato. Paulinho suspende a greve para negociar reversão das 33 demissões; e 6 demitidos serão reintegrados e os demais retirada a justa causa.

\* Bancários do Banerj (Banco do Estado

do Rio de Janeiro) fazem passeata em solidariedade aos aposentados que desde janeiro recebem apenas a parcela do INSS, o que significa que estão recebendo R\$ 45,00, R\$ 10,00 e R\$ 0,07 por mês.

\* Trabalhadores da Proton, em Mauá, acampados em sistema de revezamento na porta da fábrica para impedir retirada das máquinas.

\* Borracheiros da Ruzi acampam dentro da fábrica impedindo a do maquinário pelo Banco Pontual, que tem mandado de busca para a saída das máquinas.

\* Metalúrgicos da Kalindus paralisam produção em protesto contra transferência da fábrica para Barueri.

\* Comerciantes da Calçados Casado, em Osasco atrasam entrada ao trabalho exigindo complementação do piso de R\$ 330,00 nas comissões.

\* Após um mês em greve, metalúrgicos da Hanseática Estaleiros voltam ao trabalho com estabilidade de 60 dias e pagamento dos dias parados.

\* Termina greve de 12 dias dos operários da Mercedes Benz, em Campinas que reivindicavam o mesmo percentual de 11% de reajuste e PLR de R\$ 600,00 recebidos pelos metalúrgicos da fábrica de São Bernardo do Campo. A produção atinge 12 mil unidades/dia, 50% acima da média. Trabalhadores conquistam parte das reivindicações.

\* Metalúrgicos da Sirma, em Guarulhos em greve contra o atraso no pagamento do salário deste mês (março).

\* Trabalhadores da Antarctica, na Mooca fazem ato contra demissões de 5 diretores de base. A fábrica vai ser transferida para Jaguariúna e mais trabalhadores ficarão desempregados.

\* Peões da empreiteira Link, em greve contra os salários atrasados e não pagamento de verbas rescisórias, fazem manifestação em frente à reitoria da Universidade de São Paulo (USP) impedindo a saída e entrada dos funcionários. As refeições foram cortadas pelos patrões e o sindicato forneceu marmix. A polícia foi chamada.

\* Greve na Pirelli contra a exploração do trabalho e alta produtividade, que causa acidente na fábrica.

\* Químicos da Capacentro fazem greve para receber PLR.

\* Funcionários da Hospital de Cotia em greve contra o não pagamento do 13º, cesta básica e calote do FGTS desde 92.

\* Peões da Enterco em greve desde 04/03 contra atraso dos salários.

\* Papeleiros da Divani em greve exigindo pagamento do salário de fevereiro e abono de 17,75%.

\* Greve dos trabalhadores do Hotel Bristol para receber salários atrasados desde novembro é considerada não abusiva pelo TRT.

\* Operários da Ford de Taubaté e Osasco se mobilizam contra o fechamento do setor de fundição, que deixará 900 metalúrgicos desempregados.

\* Trabalhadores dos terminais da Ultraz no Jabaquara, Ipiranga e Guarulhos fazem greve contra irregularidades no holerite. Patrão salafário registra salário-base de janeiro menor e complementa o salário com uma tal "verba garantia de salário mínimo", prejudicando os trabalhadores quando no cálculo para aposentadoria.

\* Funcionários da Proderj (Centro de Processamento do Rio de Janeiro) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (incluindo Hospital Pedro Ernesto) há um mês em greve, em defesa dos serviços públicos e contra a privatização, tem adesão de 20 mil trabalhadores. Reivindicam reajuste das perdas salariais e acerto das dívidas traba-



listas e recusam a manobra do governo para esvaziar o movimento de pagamento de parte do 13º para os que ganham até R\$ 2 mil.

### O isolamento dos petroleiros

Há quase dois anos (10 de maio a 2 de junho de 1995) da greve dos petroleiros, os 21 sindicatos da categoria continuam com os bens penhorados, contas bloqueadas e contribuições sindicais de R\$ 0,1 descontados na folha de pagamento pela Petrobrás. Em entrevista, no Jornal da Tarde, Averaldo, presidente do Sindipetro de Santos/Cubatão reclama do esquecimento em que está colocada a categoria e acusa a postura da corrente Articulação-Vicentinho tanto em relação à greve como no momento atual. Apesar do jornalista insistir em todas suas perguntas que a greve foi uma derrota, o sindicalista avalia como uma vitória política (não financeira) e uma reversão do movimento dos petroleiros no futuro. Alguns pontos destacados da entrevista:

- A falta de solidariedade da CUT que não se empenhou em puxar as demais categorias ao movimento, o falso apoio de Vicentinho na base, quando no mesmo dia disse para a população e a grande imprensa que a greve era um erro.

- A ocupação isolada da refinaria de Cubatão. Foi um erro das outras refinarias por não terem sido ocupadas, deixando os petroleiros da refinaria de Cubatão sozinhos, se havia a determinação de resistir até a morte.

- A massa queria a greve, e agora sem os efeitos diretos no bolso surgem os oportunistas dizendo: "Está vendendo, o negócio é conciliar".

- Sobre a manutenção financeira dos sindicatos, os petroleiros tem feito arrecadação boca a boca: "Nós estamos mendigando". "A CUT de certa forma acabou fazendo o papel do governo. ...Fez uma campanha de R\$ 1,00 para os petroleiros em cada estado. Fizeram um monte de cartazes distribuíram nos Estados. Eu estive em Sergipe

e vi um monte em um canto como se fosse lixo. Não houve solidariedade na prática".

### A propaganda burguesa da estabilidade econômica.

Há quem diga que o Plano Real deu certo, que a inflação e os preços estão estabilizados etc. É mentira! Os preços dos alimentos, principalmente os produtos da cesta básica tiveram aumento de 1,48%: o tomate teve reajuste de 49,57%, a cebola 47,69%, os ovos 16,57, o café em pó 13,59% e as frutas e legumes tiveram em média alta de 6,32%. Os aluguéis ficaram 1,14% mais caros. O consumidor também vai pagar mais caro 9 a 11% pelo botijão de gás (o que dará R\$ 40 milhões por mês para as distribuidoras - 200% a mais) para que instalem melhorias nas condições de segurança dos botijões. Ironicamente, o contabilista da inflação diz: "Roupas mais baratas provavelmente vão continuar compensando a comida mais cara; a alta do custo da comida foi compensada pela queda dos preços das roupas". Lógico, com a mudança da estação, os lojistas precisam "estabilizar" os preços das mercadorias "em liquidações" para reporem os estoques para o inverno. Esta é a farsa da estabilidade da inflação.

Mas qual é o principal problema para os trabalhadores? Durante um ano os salários ficaram congelados. Na data-base os patrões não repõem todas as perdas. E os funcionários públicos estão há dois anos sem reajuste. Como se vê, é fácil ao governo dizer que a inflação está baixa. Mas aos assalariados significa arrocho salarial. Nossa resposta é: Por aumento geral nos salários! Fim do congelamento!

Nacional



## A Luta do Movimento Camponês

Segundo dados do Movimento dos Sem Terra existem 48 mil famílias em 205 acampamentos espalhados pelo Brasil. Há um ano do massacre de Eldorado de Carajás, com a promessa de assentamento das 1500 famílias apenas 220 foram transferidas para outras áreas.

\* Movimento dos Sem Terra reuniram mais de 3 mil militantes em ato público pela reforma agrária, em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema.

\* Sem-terra acampados na Fazenda São Domingos, em São ovalina resistem às ameaças dos fazendeiros que ergueram uma cerca de arame farpado próxima aos barracos.

\* Famílias que ocuparam a Fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, Mato Grosso do Sul, resistem à manobra do governo para que se transfiram para outras fazendas (Indiana e Savana) dizendo que serão compradas para assentamento. Os 2 sem-terra que desarmaram policiais militares, que faziam barreira na estrada que dá acesso ao acampamento para impedir entrada dos sem-terra na

fazenda, são presos e acusados de transportar munição. Os policiais montaram guarda depois da determinação de reintegração de posse.

\* Famílias de sem-terra ocupam dois engenhos na Zona da Mata de Pernambuco, o Engenho Souto Maior, em Chá de Alegria e Engenho Coqueiro, em Vitória de Santo Antão e iniciam plantação de milho e feijão.

\* Desde 1º de março, 1200 famílias ocupam fazenda Pastoriza, em São Geraldo do Araguaia (que irá a leilão neste final do mês). Nesta fazenda, em 6 de setembro de 1995, foram assassinados 3 sem-terras.

Trabalhadores, saiamos em defesa dos nossos iguais, explorados do campo, contra os latifundiários, exploradores e seu governo! Defendamos a entrega da terra aos camponeses!

### ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

### O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL

# Começaram a assar a "pizza" dos precatórios

As investigações sobre os escândalos de corrupção e desvio de dinheiro feitos através do uso da emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios chegou a um ponto indesejado pelos grandes caciques políticos burgueses e pela burguesia em geral. Mostrou que por trás do esquema de corrupção montado na Secretaria de Finanças da cidade de São Paulo e que intermediava negócios com títulos de estados do nordeste e do sul do país, estão envolvidos os Secretários desses estados e muni-

cípios, governadores e prefeitos, o Banco Central, senadores, banqueiros etc. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães já deu um sinal vermelho à CPI para que pare por aí, aponte que os culpados são só os funcionários envolvidos e deixe de lado os grandes capitalistas e os políticos.

Chamou a atenção o fato de que o Banco Vetor, principal canal de negociação dos títulos, estava em avançadas negociações com vários estados, entre eles o Distrito Federal, governado pelo PT. Dois senadores petistas também foram relatores no Senado para a aprovação da emissão de alguns dos títulos investigados. Wagner Ramos, o cabeça do grupo que

manipulava títulos na prefeitura de São Paulo, trabalhava aí também durante a administração petista de Erundina. Assim, a roubalheira envolve todos os partidos burgueses e também o PT.

As massas não devem ter nenhuma ilusão de que essa CPI ou qualquer outra vai fazer qualquer coisa para apurar a fundo a corrupção. Nem mesmo com a justiça burguesa, marionete dos capitalistas. Trata-se de organizar os Tribunais Populares, a partir da mobilização operária, popular, estudantil e camponesa, para apurar e julgar a burguesia opressora e corrupta.

Nacional

## PMs assassinos são acobertados pelo Estado

A imprensa nacional e internacional divulgaram uma gravação de vídeo contendo várias cenas de bloqueios policiais em uma favela de Diadema - SP, nas quais se vê a tortura, o assalto e assassinato indiscriminado de pessoas por policiais. A gravação havia sido enviada dias antes ao comando da PM da região, que as manteve ocultas e os policiais impunes. Somente com a divulgação pela televisão das cenas é que os PMs envolvidos diretamente foram presos. O governador Mario Covas, seu Secretário de Segurança e o Comandante da PM estadual alegaram que desconheciam os fatos, e somente os comandantes regionais da PM foram afastados. Covas assumiu cinicamente a responsabilidade, pediu desculpas à população e manteve em seus cargos o Secretário e o Comandante da PM, responsáveis pela chamada "Operação Intolerância", que a PM vem desenvolvendo em São Paulo há meses.

Trata-se de mais um acobertamento dos cri-

mes de classe da burguesia, a partir de seu Estado. Assim como aconteceu com Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Corumbiara, Carajás etc., este vai ser mais um crime impune.

O Estado burguês é essencialmente um instrumento de repressão contra a maioria oprimida. Por isso, a sua polícia tem de ser repressiva, agressora, criminosa. E por isso existe uma legislação especial para julgar soldados, para garantir a impunidade através do corporativismo. Tudo para assegurar que a polícia seja sempre capaz de reprimir as massas quando estas se levantam, como tem acontecido sistematicamente contra os sem-terra.

Os governantes, mandatários dos capitalistas, incentivam nas polícias o uso da violência reacionária contra as massas. As cenas que o mundo inteiro viu acontecerem em Diadema se repetem de formas diversas em várias favelas e cidades pelo país, assim como contra os meninos de rua é os sem-terra e sem-teto, ou contra os operários que se levantem radicalmente contra a exploração capitalista e tomem atitudes mais ousadas, como a ocupação de fábrica ou o bloqueio de ruas. Quando policiais saem do controle e assumem o caminho da criminalidade aberta, então os governantes e seus lacaios (grande imprensa, direitos humanos, Igreja etc.) posam de bonzinhos e clamam por punição, ainda que esta nunca venha.

O governador Mario Covas nem mesmo se preocupou com sua imagem eleitoral. Poderia ter demitido hipocritamente seus assessores, des-

de o secretário até a cúpula da PM. Mas não pôde fazer isso, porque está comprometido com o incentivo à repressão, e não enfraqueceria a PM repressora a troco de nada. Sabe que vai precisar dela para conter as manifestações das massas que reagirão instintivamente ao avanço das reformas antinacionais e antipopulares que aplicam FHC e ele mesmo.

As massas reagiram furiosamente contra os PMs denunciados. A burguesia continua cinicamente sua campanha de desarmamento da população e não-violência, enquanto seus capangas exercitam a repressão contra trabalhadores. No estado capitalista, a violência é colocada como monopólio do estado. As massas devem rejeitar essa farsa, repudiar a justiça burguesa marionete que mantém impunes os criminosos de classe e construir os Tribunais Populares para julgar e punir de verdade a burguesia.

O desarmamento também deve ser repudiado pelas massas. Por que somente os cães de guarda da burguesia e os marginais podem andar armados? Nada disso! Que todos possam se armar! Quando houver um levante nacional dos oprimidos contra a opressão de classe, será necessário por em pé as milícias populares armadas, que num primeiro momento servirão como autodefesa e posteriormente se colocarão pela derrubada insurrecional do poderio repressivo burguês, se dirigirão à revolução proletária.



# Há um ano do massacre dos sem-terra de Eldorado dos Carajás

No dia 17 de abril de 1996, os sem-terra de Eldorado dos Carajás (Pará), ao realizarem uma marcha de Curionópolis a Marabá foram barrados pela polícia militar e, em seguida, massacrados. A chacina deixou 19 mortos. Esse assassinato de camponeses ocorreu depois de ter havido a chacina de Corumbiara (Rondônia).

O governo federal prometeu apurar os fatos e punir os culpados. No Parlamento, muitos discursos foram feitos contra a violência no campo. O movimento dos Direitos Humanos cobrou punição. A CUT e toda sorte de sindicalistas protestaram diante da tragédia. Um ano depois, o que temos é a impunidade total. Os militares assassinos e os governantes responsáveis pelo aparato repressivo não sofreram nenhum arranhão. Os hipócritas defensores dos direitos humanos estão acomodados, esperam nova chacina para ter o que fazer. Os burocratas sindicais continuam com sua política de boa vizinhança com o governo.

Os massacres dos camponeses parecem assim como fatos naturais no interior da democracia burguesa. Para o capitalista bárbaro, é dessa maneira que as chacinas são encaradas. Na ocasião, o POR denunciou o massacre como crime de classe, ou seja, crime da classe burguesa contra a classe camponesa. E fez uma campanha pela constituição de um Tribunal Popular, constituído por representantes eleitos diretamente pelos trabalhadores, para julgar e punir os algozes. Somente através da luta de classes, os explorados poderão responder a violência reacionária do Estado burguês e das milícias dos latifundiários.

No momento, o conflito no campo se agravou: a UDR reorganizou seu braço armado, as ocupações no Pontal têm sido recebida a bala e as lideranças do MST na região estão presas ou sob ordem de prisão. A burguesia e seu Estado não têm como enfrentar o movimento camponês senão através das armas, dos processos judiciais e prisões.

Nenhum lutador de sã consciência pode acreditar na via pacífica de solução das reivindicações dos sem-terra. Toda ilusão pacifista favorece a violência reacionária da ditadura de classe da burguesia. A campanha ideológica contra a violência no campo é reacionária porque está voltada a impedir os camponeses de acordarem para a necessidade de organizar a auto-defesa. Ao contrário do pacifismo clerical e pequeno-burguês, distinguimos a violência dos latifun-

diários, destinada a sustentar a fome e a miséria dos camponeses, da violência revolucionária.

Está aí por que devemos rechaçar a bandeira de não violência no campo no ato do dia 17. Opostamente, retomamos o dia do massacre para recolocar a bandeira de Tribunal Popular, constituição dos comitês agrários e operários de auto-defesa, unidade operária e camponesa e luta pela destruição geral do latifúndio como produto da revolução proletária.

Viva os mártires de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

Publicamos abaixo a posição do POR no momento do massacre

## PARÁ: NOVO MASSACRE DE CAMPONESES

Depois da chacina dos sem-terra de Corumbiara (RO), é a vez do massacre de Eldorado de Carajás, no Pará. Os camponeses realizavam uma marcha de Curionópolis para Marabá, com o objetivo de exigir o cumprimento de desapropriação da fazenda Macaxeira, antes ocupada pelo MST. No município de Eldorado, depois de 2 dias de caminhada, decidiram bloquear a rodovia PA-150, como forma de luta. Um batalhão de cerca de 200 policiais, numa operação de guerra, desfechou um ataque, que já resultou em 19 mortes, segundo informação da polícia, mas que segundo o MST o número pode chegar a 60.

O médico Faisal Saemem, que vem recebendo os primeiros mortos, declarou que os corpos estão perfurados de bala, num claro sinal de chacina do tipo Corumbiara. Mas a polícia assassina já saiu a dar a velha explicação: os camponeses estavam armados e reagiram. A verdade é que o governo do Pará, com o consentimento do Presidente da República, lançou o braço armado do Estado para esmagar um movimento combativo de luta pela terra.

A mortandade dos camponeses de Corumbiara e, agora, de Eldorado, é a mostra de sangue do que é a democracia burguesa. É a mostra da face bárbara do capitalismo putrefato, do regime agrário latifundiário e da decadente burguesia brasileira. É a mostra de um Estado policial anti-operário e anticamponês, e de um governo oligárquico dirigido pelas potências imperialistas. É a mostra de que os capitalistas já não podem governar senão com as armas nas mãos para massacrar os movimentos dos explorados.

A chacina de Corumbiara passou impune. A direção da CUT, dos sindicatos, PT, PCdoB etc nada fizeram, a não ser protestar inocentemente. Os trabalhadores, inclusive os sem-terra do MST, devem exigir uma firme atitude das organizações operárias e de massa.

Que o movimento operário e camponês organize manifestações por todo país. Que se coloque pela constituição de um TRIBUNAL POPULAR, constituído por representantes eleitos em assembleias sindicais e populares, de tal forma que o julgamento desse crime contra os oprimidos e punição dos culpados sejam feitos pelos próprios camponeses e operários. Essa atitude é possível se a CUT, o MST e demais organizações populares tomarem em suas mãos a luta contra as chacinas de camponeses. Os culpados estão visíveis: o governo federal, o governo do Pará, a polícia e toda canalha capitalista, que inclui os latifundiários.

Companheiro trabalhador, não fiquemos passivos diante dessa monstruosidade dos exploradores do povo. Exijamos punição aos responsáveis. Exijamos a entrega imediata das terras aos camponeses pobres. Exijamos que a CUT e organizações populares organizem a luta. Lutemos por uma verdadeira aliança operária e camponesa para destruir o capitalismo apodrecido e sua bárbara burguesia. VIVA OS CAMPONESES LUTADORES! VIVA A LUTA LIBERTADORA DA FOME E DA MISÉRIA! QUE MORRAM OS ASSASSINOS DOS CAMPONESES!

NACIONAL



# Programa do POR

## Revolução Agrária

A existência de milhões de camponeses minifundiários, que vivem na mais extrema pobreza, a expulsão constante de uma parcela deles e o movimento nacional de sem-terra demonstram a importância programática da questão fundiária no Brasil. A libertação dos camponeses de uma economia familiar, de escassa produtividade, que mal dá para a subsistência, e o fim da expulsão de milhares de trabalhadores das terras dependem da destruição da estrutura latifundiária dominante, o que quer dizer que o objetivo de uma reforma agrária que conviva com o latifúndio não só é inviável como se constitui numa ilusão conservadora-reacionária.

Trata-se da tese da reforma agrária limitada ao denominado latifúndio improdutivo. Tal visão se apóia no argumento da viabilidade da pequena propriedade rural resultante do assentamento de sem-terra. Essa medida viria por intermédio de desapropriação indenizatória de terras improdutivas e de apoio governamental aos camponeses assentados. Acredita-se, assim, na possibilidade de uma ampla distribuição de terra, no florescimento de uma economia mercantil-camponesa, baseada na pequena e média propriedades, ou então numa espécie de coletivização-cooperativa.

Os reformistas mais radicais já não falam numa ampla reforma agrária que atinja conjuntamente o latifúndio, não distinguindo-se "produtivo" ou "improdutivo". Já não acreditam numa reforma agrária que destrua o latifúndio e impulsione as forças produtivas capitalistas do Brasil atrasado. Ou seja, já não se apregoa a revolução democrático-burguesa, cujo um dos produtos seria a extinção da trava latifundiária. Em seu lugar, concebem uma reforma agrária compatível com a economia agrária baseada no latifúndio "produtivo".

Essa posição se curva diante da explicação burguesa de que, na atualidade, a estrutura agrária se modificou devido a agro-indústria, o que significa que seria reacionário retroceder nesse avanço através da implantação de um amplo sistema de pequenas e médias propriedades camponesas. Estas sim improdutivas. Frente ao argumento capitalista incontestável de que a substituição da grande propriedade pela pequena e antieconômica e, portanto, reacionária, não resta à velha tese reformista da revolução democrático-burguesa senão a bandeira de reforma agrária nas terras "improdutivas".

No passado a tese da reforma agrária como produto da revolução democrático-burguesa, que como tal pressupunha que a burguesia nacional a realizaria com o apoio da classe operária e da classe camponesa, se mostrou falaciosa. Agora, a tese dos assentamentos em terras "improdutivas" não só é enganosa como se constitui num retrocesso profundamente reacionário em relação à proposição de liquidação geral do latifúndio.

Historicamente, a formulação estalinista da revolução democrático-burguesa se revelou reacionária tanto pelo fato de colocar nas mãos da burguesia nacional a tarefa das transformações democráticas do país capitalista atrasado (semicolonial) quanto pela sua base utópica. Porém, guardava um aspecto positivo que era a liquidação geral do latifúndio, ainda que contraditório e formal devido ao falso pressuposto da revolução democrática burguesa. A contradição estava em que tal tarefa não poderia ser realizada pela classe capitalista. Está aí por que dizemos que a nova versão reformista da reforma agrária em "terras improdutivas" mantém o princípio reacionário de que será o Estado burguês que promoverá tal mudança e ainda por cima se ajoelha diante dos "latifúndios produtivos".

Um exame do problema agrário, livre da ótica dos interesses capitalistas e da utopia pequeno-burguesa de ampliar a economia agrária familiar ao lado do "latifúndio produtivo", nos mostrará que a realidade é bem distinta de tais explicações. Sinteticamente: 1) A proliferação da agroindústria se limita a alguns pólos regionais; 2) A ociosidade ou a subutilização de terras latifundiárias é dominante; 3) A maior parte das pequenas propriedades (minifúndios) vegetam sob a forma de relações arcaicas pré-capitalistas; 4) A concentração agro-industrial nas regiões mais desenvolvidas do Sul/Sudeste vem em detrimento da industrialização do campo nas demais regiões, principalmente do Norte/Nordeste.

De conjunto, essas características demonstram o tremendo atraso do desenvolvimento das forças produtivas agrárias sob o capitalismo semicolonial no Brasil. Basta que se tome o dado de uma produção anual de 80 milhões de toneladas de

grãos para um potencial muito superior. Se houve "modernização capitalista" em alguns pólos, esta é limitada e concentrada, de forma a conviver com a estrutura latifundiária do nosso passado colonial e pré-capitalista. O fato é que a via da "modernização capitalista latifundiária", por intermédio da agro-indústria, não pode se estender por todo o país. Apenas reflete as necessidades do monopólio agro-industrial, que como tal se constitui numa camisa de força à livre expansão das forças produtivas. Vemos, portanto, que o problema agrário no Brasil, que inclui o problema camponês, é parte constitutiva da estrutura do capitalismo semi-colonial.

A via de uma verdadeira transformação no campo se dará sob a revolução agrária. Esta sim, por sua radicalidade e por ser produto da luta de classes, liquidará o poder latifundiário da burguesia. Tal liquidação resultará da expropriação revolucionária da propriedade latifundiária e a nacionalização das terras. Uma expropriação que virá de um amplo movimento insurrecional das massas. Só a derrota generalizada da classe capitalista permitirá a entrega das terras aos camponeses e o fim do regime da propriedade latifundiária. Fica claro que tal mudança não pode ocorrer sem romper o modo capitalista de produção e apropriação de riquezas.

A revolução agrária será apenas um elo da revolução proletária. A derrota geral da burguesia, como condição para a realização das mudanças estruturais no campo, significa a vitória do proletariado. E este não poderá chegar ao poder e expropriar os meios de produção dos capitalistas se não estiver aliado aos camponeses na tarefa de derrotar a fração latifundiária burguesa, os camponeses empobrecidos e expulsos das terras aspiram as mudanças democráticas no campo, que a burguesia não mais poderá cumprir e que ela, a classe camponesa, também não poderá por si só realizá-la. A revolução democrática no campo será, portanto, produto da revolução proletária.

Quanto mais avançar a luta camponesa pela terra mais premente se torna a necessidade da derrota geral da burguesia, sob a direção do proletariado. Ou, então, se configura o impasse e a inevitável derrota da classe camponesa. A organização da classe operária de forma independente do Estado e da política burguesa, através do Partido Revolucionário, é imprescindível para avançar as tarefas democráticas, como a da revolução agrária, sob a estratégia da revolução socialista. Quaisquer que sejam as particularidades das transformações agrárias no Brasil estas estarão subordinadas à tarefa socialista de expropriação geral do grande capital industrial, financeiro, comercial e fundiário.

Nacional



# Os clones e o progresso científico no interior do capitalismo

A publicação dos resultados positivos das experiências genéticas do cientista escocês Ian Wilmut provocou uma grande polêmica internacional, a ponto de envolver os principais estados imperialistas, como os Estados Unidos, Alemanha etc. A razão está em que a reprodução de uma ovelha a partir do material genético de uma outra demonstrou a possibilidade do homem reproduzir outro homem pelos mesmos métodos laboratoriais.

A denominada clonagem, em realidade, é um método experimentado há mais de dez anos atrás, segundo as informações de cientistas da área. Através do material genético tratado em laboratório, no caso da experiência de Wilmut foi a ovelha, se altera o funcionamento celular. Tal alteração permite que as células sejam injetadas em óvulos, que se tornam aptos para a reprodução em série.

Segundo o físico brasileiro Rogério César de Cerqueira Leite, "há pouco mais de duas décadas se vem fazendo a transferência do núcleo de células adultas para ovos de anfíbios, pelo uso de técnicas essencialmente equivalentes àquelas que tiveram sucesso com mamíferos recentemente". Também constata que "clones de vegetais são obtidos, por processos mais simples desde a antiguidade". É o caso dos plantios de uva, cana, mandioca, roseira, por exemplo. E conclui que: "O que se obteve com a ovelha na Escócia, portanto, era absolutamente previsível, como também é de esperar que, em futuro não muito distante, a mesma técnica possa ser estendida à espécie 'homo sapiens', pois seu núcleo celular não é significativamente mais complexo que de um primata ou de uma ovelha".

Como se vê, o método da reprodução por clonagem é antigo. Enquanto se restringiu às espécies vegetais não causava tantas polêmicas. Agora que se revelou a mesma possibilidade em animais o problema explodiu. E a razão principal é que a clonagem da ovelha facultou a clonagem do homem. De onde vem a principal reação a tal descoberta científica? Como não poderia deixar de ser, vem da Igreja. Os religiosos saíram em guerra contra a clonagem, tendo à frente o Vaticano.

No mesmo artigo, "Clonagem, engenharia genética e ética", o físico Cerqueira Leite rebate a reação religiosa. Diz: "Aparentemente predomina um impulso atávico, primevo, de

rejeição a tudo a que assemelhe uma pretensão do homem à criação. Essa atitude instintiva, arcaica, se manifesta em praticamente todas as lendas e religiões ocidentais. De Prometeu e Adão a Frankenstein, são punidos aqueles que imitam os deuses. Criar é prerrogativa dos deuses, sendo o homem a sua maior criação".

Pode-se ver que cientista brasileiro toca o dedo na ferida do principal ponto de polêmica sobre a clonagem. Esta põe por terra a mística da existência da alma como um ente emanado de "deus". Ou seja, a mística teológica de que o homem é criação de um deus e não o resultado material da natureza. Certamente, se trata de uma atitude arcaica, mais do que isso, reacionária por completo. Evidentemente, não se trata nem de impulso atávico, primevo e instintivo do homem, mas sim da religião criada pela sociedade de classe.

A história do obscurantismo religioso frente à ciência é bem conhecida de todos. Lembremos a reação contra Galileu Galilei que derrubou a explicação teológica do universo e a teoria evolucionista de Darwin, que comprovou a origem natural-materialista das espécies, entre elas a do homem. Todas essas descobertas foram condenadas e combatidas a ferro e fogo pela Igreja. Toda e qualquer descoberta que demonstre o absurdo da religião, ou seja, da explicação teológica da existência de "deus" e da "alma" será rechaçada pelo Vaticano e demais ordens místicas. A ciência inelutavelmente expõe a verdade da tese materialista da existência do homem e põe por terra a tese teológica da criação do homem. A clonagem é mais uma descoberta a favor do materialismo.

O real problema exposto pela técnica da reprodução, entretanto não foi colocado às claras. Trata-se da relação entre os avanços científicos e técnicos com o sistema econômico capitalista em decomposição. Os cientistas procuraram ressaltar o lado positivo da clonagem que diz respeito: 1) A reprodução, pelo método assexuado, permite o aumento da produtividade econômica e da qualidade dos animais utilizados para subsistência do homem; 2) Abre caminho para a medicina resolver problemas de substituição de órgãos; 3) Avança o conhecimento científico do homem.

O problema que não puderam to-

car diz respeito ao controle monopolista da ciência e sua utilização para fins de acumulação de capital. Não se trata da descoberta a serviço da humanidade, mas para atender as necessidades dos capitalistas. Tanto é que a clonagem da ovelha esteve sob o patrocínio e o controle de um grupo capitalista.

A questão não pára aí. O capitalismo já alcançou um alto grau de produtividade pelos métodos de reprodução menos avançados em relação à clonagem. Sua capacidade é suficiente para assegurar a existência e o bem-estar de todos os homens. No entanto, impera no mundo inteiro a fome e a miséria entre as massas exploradas. Tal contradição é responsável pela existência de uma crise de superprodução e guerra comercial entre as potências. O que quer dizer que a clonagem, entre tantas outras técnicas avançadas, não pode ser amplamente aplicada. Estará restrita à concorrência entre alguns monopólios. E se tornará em mais um elemento de impulso à crise de superprodução.

Todo e qualquer invento sob o capitalismo putrefato sofre de dois males: serve de monopólio a alguns poderosos grupos econômicos e não tem como ser socializado como um bem da humanidade. A ciência e a tecnologia terão de se libertar das relações capitalistas de produção e se tornar propriedade coletiva da humanidade através do socialismo, para que possa ter uma aplicação em favor da humanidade em seu conjunto.

Nacional



# O PSTU e os clones: uma caricatura crítica

O Jornal do PSTU, "Opinião Socialista", nº30, publicou uma matéria sobre a clonagem, intitulada "Um mundo novo, nada admirável". Procura fazer uma crítica ao controle multinacional da descoberta e demonstrar através disso a

contradição capitalista. Desse ponto de vista geral, não há o que discordar. Mas o que chama a atenção é a omissão total frente aos ataques obscurantistas da Igreja à clonagem humana.

Tal omissão não é casual. Resulta da atitude política de não se chocar com a Igreja. Essa posição reflete a falta de convicção marxista dessa corrente, que ainda se auto-proclama trotskista. Não é por acaso que tem em suas fileiras militantes que não só negam o materialismo como são religiosos praticantes. Talvez isso também explique a omissão.

Vejamos uma passagem desse artigo em que a

omissão aparece deliberada. Diz: "Revistas e jornais esgotaram suas edições estampando opiniões discrepantes, misto de ignorância, estupefação e futurologia sobre o rumo que a descoberta do laboratório escocês vai tomar. Das mais conservadoras às mais isentas, nenhuma opinião é 'desinteressada'".

A generalidade como se constata as "opiniões discrepantes, misto de ignorância, estupefação e futurologia" indica a intenção de omitir o essencial da dita discrepância. O PSTU evita se colocar em defesa do materialismo contra a falsa ética teísta. O centrismo dessa corrente não permite que suas idéias estejam solidamente guiadas pelo método materialista-dialético. Eis também porque acaba por fazer uma crítica caricatural ao problema da clonagem humana.

O esquematismo já aparece na sua crítica geral ao uso capitalista da descoberta. Porém, ele chega ao auge da ficção lunática ao comparar um possível clone humano com robôs. Citemos uma passagem de seu fantástico raciocínio: "Catastrofismo à parte, a coisa pode ficar feia mesmo é com a clonagem de humanos. (...) que capitalista não apreciaria substituir os operários de suas fábricas não

mais por robôs, mas por um exército de clones de seu operário mais saudável e produtivo?".

A reprodução humana não forma robôs, apenas homens, como de ovelha se reproduz ovelha. No sistema capitalista de exploração do trabalho, a força de trabalho do operariado é essencial e jamais poderá ser substituída por um exército de clones-escravos. Admitir essa idéia é supor a criação de seres humanos de segunda classe. A tese dos tecnocratas de que a classe operária será extinta através da substituição de robôs estaria correta. E também a fantasia religiosa que esses clones não possuiriam "alma". Mas, na verdade, a classe operária é essencial no sistema capitalista de produção porque dela se extrai a mais-valia, da qual se alimenta o sistema de acumulação de capital. Portanto, é ridículo a denúncia de que aos capitalistas interessaria os clones para substituir os operários, já que não haveria diferença entre operários reproduzidos natural ou artificialmente. O PSTU se nega a apontar que a possibilidade de clonagem humana é um avanço científico oposto ao obscurantismo religioso. Por trás de seu falatório receoso está a capitulação à Igreja.

Nacional

## 1º de Abril: a 33 anos do golpe militar de 1964

O golpe militar de 1964, que depôs o governo burguês nacionalista de João Goulart, foi desfechado contra a classe operária, camponeses e demais explorados, em defesa da continuidade do sistema de exploração e, particularmente, em defesa dos interesses do imperialismo. O governo nacionalista não podia encarnar uma rebelião dos trabalhadores contra a burguesia nacional e internacional, uma vez que era um governo dessa mesma classe capitalista, e não podia também levar adiante suas "reformas de base".

Essas incluíam uma pseudo-reforma agrária, com desapropriações e indenizações dos fazendeiros, algumas medidas trabalhistas voltadas ao proletariado e alguma limitação ao saque imperialista. O governo procurava atender os interesses particulares de uma parte da burguesia nacional (me-

das nacionalistas) e ludibriar as massas com as "reformas de base".

O imperialismo norte-americano atuou abertamente para a burguesia e os militares derrubarem seu débil governo. As massas avançavam no seu método de ação direta. Nos quartéis apareciam sintomas de insubordinação.

Uma situação revolucionária estava configurada. O governo nacionalista não tinha o manejo das frações capitalistas e perdia o controle das massas, que ameaçavam ultrapassar as manobras reformistas do governo. Crescia a luta no campo com as Ligas Camponesas, embora dirigidas por nacionalistas. Nas cidades, a classe operária procurava a via do combate de rua para impor suas reivindicações. Os de cima (a burguesia) já não conseguiam governar e os de baixo (os explorados) começavam a não se sentir governados. Assim, os estrategistas do imperialismo norte-americano, juntamente com setores de capitalistas a ele ligados, planejaram o golpe militar.

Ficou exposto, nesses acontecimentos, o problema histórico mais importante de nossa época: a ausência do Partido marxista organizado no seio da classe operária. O PCB, há muito estalinizado, estava a reboque do nacionalismo burguês. Luis Carlos Prestes, dirigente histórico do PCB, frente ao golpe em marcha, conclamou o governo

a encabeçar a fente democrática, quando este já capitulava. O PCB compareceu atado ao governo nacionalista. Sua conduta só poderia ser de prostração e traição. Como a classe operária não estava organizada para lutar pelo poder e não havia constituído as bases para a aliança operário e camponesa, a contra-revolução pôde se impor sem ter de enfrentar a resistência das massas.

A ditadura instalada desfechou uma grande repressão, principalmente depois de 1968. Entreviu nos sindicatos, dissolveu as Ligas e pôs na clandestinidade às correntes de esquerda. Prendeu, torturou e assassinou militantes operários, camponeses e estudantes. A ditadura endividou o país como nunca havia ocorrido. Favoreceu o capital multinacional. E deu mais espaço à corrupção.

A lição que tiramos é que o nacionalismo burguês é impotente para resolver os problemas das massas e enfrentar a opressão imperialista. O golpe militar é de responsabilidade dos próprios nacionalistas e de seus seguidores estalinistas (PCB). A constituição do partido revolucionário marxista-leninista-trotskyista é a tarefa estratégica para a classe operária vencer a contra-revolução e impor a revolução socialista.

(No próximo número do Massas, editaremos um artigo mais completo sobre os acontecimentos de 1964)



# Programa de demissões no Banco do Estado do Ceará (BEC)

A nova ofensiva de demissões patrocinadas pelo governo de Fernando Henrique se materializa também no Ceará com o governador Tasso (PSDB) que nada mais é do que uma correia de transmissão da política de destruição do serviço público e ataque aos direitos elementares dos trabalhadores. As chamadas demissões "voluntárias" significam, como mostram os chamados planos de demissões voluntárias já executados pelos bancos BNB e Brasil, transferências forçadas, maior pressão sobre os funcionários para aceitarem as condições colocadas pelas empresas, isso com o intuito de efetuar a privatização. Agora no BEC vai iniciar, a partir de abril, a demissão sistemática de funcionários, em que o desligamento será feito no prazo de cinco meses, terminando no final de agosto do corrente ano.

De acordo com o projeto antipopular do governador Tasso, serão demitidos cerca de 1.660 funcionários de um total de 2.159, através do chamado Incentivo ao afastamento voluntário (IAV), uma faceta do plano geral de demissões do governo de FHC. Neste sentido, serão fechadas

várias agências tanto no interior quanto na capital.

Os ataques aos bancários não para por aí. Ainda serão extintos a licença-prêmio, corte de prorrogação de expediente, etc. Tudo isso é resultado de um conjunto de medidas que visam minar os direitos sociais e beneficiar mais ainda os banqueiros e empresários, prova disso são os bilhões de reais tirados pelo governo do setor da saúde, educação etc. para tirar os bancos privados do estado de falência e salvar os banqueiros da bancarrota econômica. E os reformistas do PT e PCdoB defendem o apoio aos pontos positivos das reformas pró-imperialistas e antipopulares do governo federal, e seus representantes nos Estados (governadores) e municípios (prefeitos). Dessa forma, o reformismo com sua oposição propositiva ilude as massas oprimidas a acreditarem em tal plano, abrindo caminho para uma brutal ofensiva contra os explorados.

A direção do Sindicato dos Bancários do Ceará, que é dirigida pelos reformistas, se nega a travar a luta intransigente contra os ataques do governo Tasso, nem sequer está mo-

bilizando a base, nem realizando atos, muito menos chama a greve geral dos servidores para colocar abaixo o "programa de demissões".

É necessário construir a Corrente Proletária no Movimento Sindical e o Partido Operário Revolucionário (POR) para organizar as massas oprimidas pelo capitalismo em decadência através dos métodos de luta próprios da classe operária: as mobilizações de massas, as manifestações, as ocupações, passeatas, a greve geral etc.

Só através desses mecanismos de luta seremos capazes de colocar abaixo o governo FEC e seu representante Tasso com seu plano de fome e miséria que descarrega sobre as massas as consequências da crise monumental do capitalismo em sua decadência histórica.

Nacional



## Rio Grande do Norte

### Em defesa das ocupações dos sem-teto

O problema da moradia vem se agravando ano a ano em todo o país. Milhares e milhares de trabalhadores são expulsos das terras e se aglomeram nos grandes centros urbanos, sem terem emprego ou tendo de sobreviver com o salário de fome. A impossibilidade da moradia para uma massa de seres é consequência do regime econômico decadente.

O alastramento da pobreza na capital do Rio Grande do Norte, Natal, tem obrigado famílias e mais famílias de trabalhadores a ocuparem terrenos para levantarem suas moradias. Em vários pontos da cidade têm surgido movimentos pela conquista da moradia através das ocupações.

A prefeita Wilma Maria de Faria (PSB) e a polícia vêm respondendo ao problema social dos sem-teto com a violência repressiva. A tropa de choque invade os locais de ocupação e derruba os barracos, como ocorreu no bairro Bom Pastor, no mês de fevereiro. Depois da desocupação violenta, os sem-teto voltam a novas ocupações. O Instituto de Planejamento de Natal (Iplanat), para evitar a retomada das ocupações, traçou um plano de ação militar permanente. O confronto com a polícia e a política repressiva da prefeita Wilma Maria estão demonstrando a necessidade de preparar a resistência.

Frente ao crescimento das ocupações, as autoridades repressivas passaram a ameaçar as lideranças do movimento com processos e prisões. Está aí mais uma razão por que é necessário um amplo movimento de apoio às ocupações e a todas as reivindicações dos sem-teto. O Partido Operário Revolucionário defende que a CUT convoque uma plenária de todos os sindicatos, ativistas e correntes de esquerda para uma tomada de posição.



Polícia reprime sem-teto em Natal.

## Apeoesp - SP

# A burocracia sindical adapta o sindicato ao Plano governamental e auxilia na destruição do ensino

**Educação**

A diretoria da Apeoesp, ligada à Articulação/PT, se curvou perante a reforma neoliberal da educação. O governo impõe os planos de fome e miséria, destruição das conquistas sociais (aposentadoria especial, estabilidade etc) e de privatização sem resistência do movimento sindical. As manifestações localizadas, as greves e as ocupações de terras são tratadas de forma corporativa e, assim, derrotadas pela voracidade do plano neoliberal. O que faz a direção da Apeoesp é rezar a mesma cartilha ditada pelos reformistas do PT. E, por isso, está de joelhos implorando uma simples negociação salarial, para livrar sua alma.

Para uma direção sindical só há dois caminhos frente aos planos antinacionais e antipopulares:

1) Impulsionar a luta instintiva dos trabalhadores, transformando-as em luta política contra o sistema de exploração capitalista; ou 2) apostar na colaboração entre o capital e o trabalho. A via das direções sindicais, com diferenças apenas de grau, tem sido a segunda. Dessa forma, tornam-se correias de transmissão da política burguesa e dos métodos estranhos aos trabalhadores para o interior dos organismos de classe.

A diretoria da Apeoesp vem assumindo essa via de conciliação. Não é por acaso que se recusou organizar um movimento de resistência à reforma privatista do ensino.

Apostou nos abaixo-assinados, nas carreatas, nos aerogramas e em toda sorte de distracionismo pequeno-burguês. Os trabalhadores da educação, juntamente com pais e alunos, realizaram inúmeras manifestações localizadas. Os resultados foram extremamente pequenos, diante da ação centralizada do Estado na implantação de tais medidas. O que quer dizer que a direção do sindicato agiu de forma descentralizada enquanto o Estado age de forma coesa, centralizada.

As conseqüências dessa política já são evidentes. Ninguém pode negar que há uma apatia de um setor da classe, que não consegue vislumbrar possibilidades de derrotar o governo. Sem dizer que alguns estão descrentes com o sindicato. Não conseguem fazer a distinção entre o organismo da classe (sindicato) e as direções burocráticas. Basta que lembremos das dificuldades de se escolher representantes de escola por falta de candidatos ou mesmo professores dispostas a concorrer às eleições do Conselho de Representantes. Veja a que ponto chega a ação de uma direção burocrática! Depois, saem dizendo por todos os cantos que a classe não está disposta a ganhar as ruas e a realizar uma greve por tempo indeterminado.

Essa situação imposta aos professores pela burocracia sindical traz, por outro lado, a concepção reacionária de que o sindicato tem a função de obter vantagens para os seus filiados. E, com isso, estão sempre prontos em aprovar a política da burocracia sindical. Ou seja, através de pressões de cúpula (direção) ou de instrumentos como os abaixo-assinados, aerogramas etc, seria possível demover a política centralizada do Estado.

Como vemos, o sindicalismo (como um todo) está envolto por um tecido estranho ao corpo. Dotado da ideologia burguesa de "globalização", "modernização das relações sindicais" etc, as direções abandonam as reais necessidades da classe. É próprio da burocracia, por se tratar de uma casta privilegiada que se destacou da classe, adaptar-se às pressões da política governamental e patronal. Isso explica por que tais direções sindicais procuram apagar as experiências de luta e substituí-las por formas apropriadas à colaboração de classe. Os

professores têm uma história recente de protagonizar grandes movimentos de rua, greves combativas e ocupações. Para a burocracia, trata-se de extirpar da consciência dos trabalhadores em educação o tremendo valor do método da ação direta.

Dessa forma, a política da burocracia não só afasta a luta coletiva da classe como também reduz as reivindicações ao que supostamente o Estado poderia dar. É o caso, por exemplo, dos cinco salários mínimos. Assumem os métodos de pressão parlamentar de cúpula ou de caravanas, deixando a quase totalidade da classe na mais completa paralisia. Também é comum não mais convocar assembleias. Quando muito, convocá-las sem nenhum empenho para demover aquele setor da classe já impregnado por sua política de colaboração.

Assim, a diretoria da Apeoesp convocou a assembleia para o dia 4 de abril. Porém, apostando na desmobilização, já impôs as condições: local fechado e hollerith nas mãos. Convocou unicamente como forma de pressão para que Covas aceitasse uma negociação para pôr fim nessa "database", que uma parcela da classe cobra da diretoria. Certamente, o governo não fará nada e a diretoria está de volta com o lengalenga dos abaixo-assinados e com as famigeradas campanhas, a exemplo "Educação tem de ser prioridade".

A derrota da política centralizada do Estado de destruição da educação pública é tarefa essencial de uma direção verdadeiramente revolucionária. Aquela que tem o sindicato como organismo impulsionador da luta de classe. Nesse sentido, o combate contra a reforma do ensino, os planos governamentais de destruição das conquistas sociais e contra a privatização passará necessariamente pela destruição da política burocrática e colaboracionista das direções sindicais. O descontentamento de um setor de professores com a diretoria da Apeoesp deve ser canalizado para a construção dessa fração revolucionária, dotada de um programa classista e dos métodos próprios dos trabalhadores, entre eles a greve e a ocupação.



## LUTEMOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO!

### Abaixo o cartão!

Os problemas que afetam diretamente a vida de estudantes, professores e demais trabalhadores em todo o país não páram de crescer. Na volta às aulas, a comunidade estudantil se depara com o estado de completo abandono em que se encontra a educação. A Universidade Estadual do Ceará, como também a UFC, URCA etc., não estão imunes ao projeto de "modernidade e austeridade" do governo federal e estadual, que significam:

falta de professores e não realização de concursos para suprir o déficit; o aumento de taxas de serviços; realização de um provão no final do curso com o objetivo de mostrar que o ensino superior é medíocre sem, entretanto, evidenciar as causas sociais e de classe de todo o processo de desmonte da educação pública para beneficiar ainda mais o setor privado de ensino; a implantação do cartão Smart card para extinguir a meia; a redução drástica de vagas e das verbas das universidades, como exemplificam os cursos de pedagogia, filosofia, letras, enfermagem e ciências sociais na UECE; a ausência das mínimas condições para a pesquisa e extensão; a falta de livros e o desdém pelas bibliotecas; o rebaixamento dos salários a níveis insuportáveis dos professores e servidores; a privatização das universidades públicas como ocorreu em Tocantins. E agora também a presença no campus da UECE de policiais a mando do governador e cumprido à risca pela reitoria.

O processo de desmonte da UECE se encontra em andamento e se expressa na política de Manassés (3º lugar na votação), indicado pelo governador Tasso para traduzir no interior da universidade a destruição do ensino, implementando a nível local as medidas pró-imperialistas e antipopulares de FHC em cumprimento às imposições do Banco Mundial, que implicam nas "parcerias" com o setor privado, "municipalização", ou seja, a fa-

lência deliberada do ensino público. Esta ofensiva não é algo isolado. Está ligada à decadência histórica do capitalismo, do caráter de classe da sociedade, e a tremenda opressão que descarregam sobre os explorados, o desemprego, a expulsão e repressão dos camponeses pobres das terras ocupadas, o rebaixamento das condições de vida das massas, o fim das conquistas sociais como a aposentadoria por tempo de serviço, estabilidade etc.

Na UECE, os estudantes observaram a presença de policiais patrulhando o *campus*. Trata-se de uma medida para intimidar e reprimir violentamente qualquer manifestação em defesa da universidade. Basta lembrar o corte do acesso dos CAs e DCE à xerox para reproduzir materiais, tendo que passar pela censura prévia da reitoria.

A Corrente Proletária Estudantil (POR) tem defendido resolutamente no DCE da UECE, mesmo sendo minoritário (conta com apenas 1 membro), uma política de luta e combate dos estudantes, professores e servidores em defesa do ensino público. Aponta também que só a unidade do conjunto dos explorados terá força para barrar a ofensiva capitalista contra a vida das massas. Os reformistas de Remando contra a maré (PT) e os centristas de Só a Luta Conquista (reviravolta/ PSTU), que são a maioria do DCE, relegam a segundo plano as questões políticas fundamentais. Dessa forma, se negam a travar a luta através da ação direta (manifestações, ocupações, passeatas, greves etc.) à ofensiva privatizante de FHC, Tasso e Manassés. Não defendem de forma conseqüente a educação pública. A luta contra a privatização do ensino não se faz simplesmente com palavras, é necessário a organização concreta com base no programa de luta que aponte para a derrubada integral do plano de fome e miséria de FHC. Chamamos os estudantes, professores e servidores

da UECE para:

Por Abaixo a ofensiva privatizante de FHC, Tasso, Manassés

Defender o ensino público, gratuito, laico e de qualidade!

Abaixo as taxas! Concurso Público para professor efetivo, já

Fora a polícia da UECE!

Autonomia integral da educação em todos os níveis de ensino. Autonomia administrativa, financeira e pedagógica e controle de todo o sistema de ensino pelos trabalhadores!

Estatização do ensino privado sob o controle dos trabalhadores

Abaixo o cartão SMART CARD. Em defesa da meia passagem, rumo ao passe livre! Estatização do Sistema de Transportes sob o controle dos trabalhadores

Pelo ensino enraizado na produção social!

Unificação dos estudantes, professores e demais trabalhadores. Greve geral por tempo indeterminado!

Eleição direta de todos os órgãos educativos e revogabilidade de mandato!

Por abaixo o governo FHC e seu plano de fome e miséria!

Terra para os camponeses. Autodefesa contra os latifundiários e a repressão estatal

Lutar pelo Revolução e ditadura proletárias (Governo Operário e Camponês)!

Operários e  
Camponeses  
Educação



**Publicamos abaixo convocatória para debate sobre "A atualidade do marxismo", realizado em 20/03 na UFRN, promovido pelo POR.**

## A crise na educação faz parte da crise capitalista

As transformações do mundo moderno foram enunciadas pela burguesia como início de uma nova era de paz, solidariedade e harmonia, já que os antagonismos de classes forma extintos com o triunfo da economia de mercado.

Entretanto, o que vimos foi a guerra na ex-Iugoslávia; a crise econômica, política e social dos países semicoloniais, retirada das conquistas sociais (previdência, estabilidade, aposentadoria etc.), o desemprego estrutural em

todos os países, inclusive nos países imperialistas, enfim, os conflitos bélicos, a crise econômica e social em todo o mundo. E em todos os lugares os trabalhadores tem surgido como vanguarda da resistência à burguesia.

Todos esses problemas sociais são fruto da crise do capitalismo que, ao invés de resolvê-los, como foi anunciado pelos seus

intelectuais, agudiza-se cada vez mais. Isto é o que determina os cortes nos gastos sociais como saúde, moradia, educação, propostos pelo projeto neoliberal.

Para o ensino superior brasileiro, o plano da burguesia são as taxas escolares, transformação das universidades em OS (organizações sociais), terceirização, qualidade total, parceria com a iniciativa privada, aumento da jornada de trabalho do professor em sala de aula etc., que objetivam o sucateamento do ensino público para a sua privatização.

Os reitores de todas as universidades são subservientes ao plano da burguesia, pois assumindo a direção das IFES sob o quadro do plano neoliberal, não organizam a comunidade para se contrapor a ele, mas sim adequam a sua administração aos limites impostos pelo plano burguês.

Por outro lado, a esquerda oficial (PT,

PCdoB etc.) que são direção dos trabalhadores nos sindicatos, entidades estudantis (CAs, DAs, DCEs, UNE) etc. por falta de uma política marxista revolucionária, mantém a esperança do conjunto da classe trabalhadora na resolução dos seus problemas nos processos eleitorais em lugar da organização e ação direta dos trabalhadores contra o projeto neoliberal. Prova disso são os acordos feitos pela direção da CUT com o governo federal de negociar a quebra dos direitos trabalhistas, a UNE diante do provão, pois apostou até o último momento em uma saída judicial e a paralisia do DCE/UFRN diante da política do reitor, de fechamento de residências, pagamento de taxas no RU e matrículas, cercamento da UFRN etc.

Diante desse contexto, devemos organizar uma corrente proletária com o programa da revolução socialista tendo em vista a derrubada do capitalismo. Para isso, devemos defender o marxismo revolucionário e organizar oposições às direções burocráticas do movimento estudantil.

## Movimento estudantil

# Por uma linha política e ideológica revolucionária para a UCES

No dia 22 de março, ocorreu a reunião da direção da UCES ( União Campineira de Estudantes Secundaristas ) no colégio Evolução em Campinas (SP).

A reunião teve como pauta os seguintes temas:

1. Conjuntura Nacional;
2. Mobilização contra a privatização da Vale do Rio Doce;
3. Reforma do ensino;
4. Organização da entidade;
5. Carteirinhas.

Esta Entidade é influenciada pela UJS (corrente estudantil do PCdoB) e Fórum Socialista (do PT).

Desde o início das discussões, os estudantes mostraram estar bem afinados politicamente contra todos os projetos neoliberais do governo antinacional e antipopular de FHC. Em todo transcurso do debate, mostrou-se grande radicalização contra o governo e até mesmo contra as direções sindicais burocratizadas da CUT. Referiram-se ao tema do ataque por parte do governo contra a Previdência Social, às privatizações e as perdas de direitos trabalhistas dos assalariados. Denunciaram que a burocracia sindical nada faz de concreto para mobilizar as massas contra o governo e seu plano, permanecendo numa oposição pacífica e passiva. Foi citado o caso da Apeoesp que nada tem feito diante do desmanche da escola pública. A única coisa que fez foi lançar algumas denúncias verbais, capitulando de fato frente ao projeto de reforma do ensino público.

A maioria dos estudantes presente, apesar de fazerem críticas corretas ao imobilismo e ao colaboracionismo, incorreram no erro de darem viva à "superação das diferenças entre as esquerdas" e à "formação do bloco parlamentar PT, PCdoB e PDT". O erro está em não considerar que tais forças são, em grande medida, responsáveis pela ausência de luta e pela colaboração com o plano do governo, a exemplo da direção da Apeoesp que pertence ao PT, ou ainda do PCdoB que votou no Congresso o imposto do IPMF, sem contar ainda as coligações

que ambos partidos de "esquerda" fizeram com os partidos governamentais, como o PSDB, PFL etc.

Essa contradição nos deixou claro que a juventude dirigente da UCES carece de uma compreensão das ligações políticas existentes entre o bloqueio imposto às massas exploradas, inclusive ao movimento estudantil, pelas ditas esquerdas. O que não chegaram ainda a compreender é o papel duplo do reformismo: com o discurso se mostra opositorista e com a prática é colaboracionista.

A crítica dos participantes às direções burocratizadas é um passo para se ver de frente o que se passa na realidade. Dizemos um passo porque é necessário que se dê um outro, que diz respeito a ver a responsabilidade das ditas esquerdas que constituíram o "bloco parlamentar opositorista". Há ainda a necessidade de se olhar o que se passa com a própria UCES. Não estaria também sua direção, em certa medida, contaminada pela política dominante do reformismo? Não haveria uma disputa tipicamente aparelhista entre as principais correntes que dirigem a UCES? Parece-nos que sim. Logo vemos que é preciso adotar um programa de luta revolucionária, que assegure a real unidade dos estudantes e os aproximem cada vez mais do movimento da classe operária. Na discussão de todos esses problemas aqui apontados, o POR não se omitiu às críticas necessárias frente a idéia de uma falsa unidade das esquerdas. E apontou o caminho prático de mobilização, de intervenção nos sindicatos, associações e movimentos populares, para se construir a unidade dos trabalhadores contra o governo capitalista e seu plano de fome e de destruição da educação.

Em resumo:

1. Que a UCES se torne um pólo de aglutinação política dos estudantes secundaristas;
2. Eliminar a luta aparelhista pelo domínio da Entidade e colocá-la a serviço da mobilização;
3. Que as divergências e a luta pela direção da Entidade se dê sob o controle da democracia operária e de posições programáticas.



## Mobilização na Construção Civil

Os trabalhadores da construção civil da região metropolitana de Fortaleza estão mobilizados para entrar em greve, provavelmente, a partir do dia 7 de abril. Apesar das propostas rebaixadas apresentadas pela direção do sindicato (PSTU, PT), como o piso salarial de apenas 230 reais, os patrões disseram não.

A patronal está oferecendo um piso de 170 reais, jornada de segunda a sábado de 9 horas, produtividade ZERO e nada de cesta básica. Isto, devido à ofensiva do imperialismo (FMI, multinacionais) e de burguesia nacional (patrões brasileiros) contra as massas. Assim, o desemprego, as privatizações, a destruição da saúde pública e os massacres no campo servem para aumentar os lucros dos patrões nacionais e estrangeiros e proteger os latifundiários.

Enquanto Isso, a direção da CUT divide e desmobiliza os trabalhadores para poder implementar sua estratégia de conciliação de classes (Câmaras Setoriais, pressão parlamentar).

**Publicamos abaixo nota distribuída na classe.**

### **GREVE para conquistar nossas reivindicações!**

### **Abaixo FHC, Tasso, Juraci e os patrões! Pelo Governo Operário e Camponês!**

Mais uma campanha salarial. Todos os anos a mesma coisa. De um lado, os patrões querendo nos explorar mais. De outro, a gente lutando por melhores condições de trabalho e por um salário capaz de garantir a sobrevivência de nossas famílias.

Enquanto isso, o governo antinacional e antipopular de FHC ataca os trabalhadores da cidade e do campo. A privatização da Vale do Rio Doce, a perseguição aos sem-terra, a dívida externa, a destruição do ensino e da saúde pública, só servem para aumentar os lucros da burguesia nacional e do imperialismo (FMI, multinacionais) às custas do nosso sofrimento.

Para melhorarmos de vida, só nos unindo, em nível nacional, com o restante da classe operária, dos camponeses e demais trabalhadores (Frente Revolucionária Antiimperialista). Assim, poderemos derrotar os patrões brasileiros (burguesia nacional) e estrangeiros (imperialismo), com seu "Plano Real" e os seus governos (FHC, Tasso e Juraci).

Para isso, precisamos construir uma direção revolucionária para a CUT e nosso sindicato. Temos que romper o imobilismo e as vacilações.

Vamos organizar uma direção que não apóie a política patronal, como o PT, que no Espírito Santo está demitindo os trabalhadores e no Ceará está aliado ao PSDB (Sobral, Madalena). Ou PSTU, que nas últimas eleições aliou-se com o PSB (partido dos patrões) em Goiás, e em Fortaleza defendeu voto em Inácio Arruda (PCdoB), que procurou o apoio dos empresários da construção civil, da pesca e da fruticultura.

É hora de construirmos e fortalecermos o Partido Operário Revolucionário (POR), que combate a exploração e a burguesia, lutando pela Revolução e Ditadura Proletárias (Governo Operário e Camponês).

No entanto, a maioria dos operários da construção civil, revelando uma tendência nacional, estão dispostos a lutar por melhores condições de vida. As assembleias na sede do sindicato têm sido massivas, mostrando que as massas estão confiando nas suas próprias forças.

O Partido Operário Revolucionário (POR) tem ido aos canteiros de obras, assembleias e participa do Comando de Greve. Através de notas e de intervenções, o POR vem defendendo a independência de classe e a estratégia do Governo Operário e Camponês (Revolução e Ditadura Proletárias).

Para os operários da construção civil lutarem conseqüentemente contra os patrões, FHC e seu plano de fome, é preciso construirmos o POR e CORRENTE PROLETÁRIA SINDICAL na categoria.

Movimento Operário



**Por que o PSTU e o PT não defendem um salário que dê para o trabalhador viver?**

Companheiros, 230 reais dá para viver? Dá para o nosso lazer, nossa alimentação, saúde, educação de nossos filhos? É claro que não!

De acordo com cálculos recentes, 1800 reais é o mínimo necessário para o trabalhador e sua família viverem.

Defender apenas 230 reais é agir de acordo com o que os patrões podem dar sem afetar seus lucros! Queremos 1800 reais! O que vai determinar o aumento do nosso salário é a nossa luta contra os patrões!

**Nesta campanha salarial vamos lutar por:**

- Piso de 1800 reais!
- Cesta básica e fardamento de graça!
- Redução imediata da jornada de trabalho para todos os trabalhadores para pôr fim ao desemprego!
- Nenhuma demissão! Estabilidade para todos os trabalhadores!
- Estatais (Vale do Rio Doce, Petrobrás, Telebrás) sob o controle dos trabalhadores!
- Terra aos camponeses! Autodefesa contra os latifundiários e a repressão estatal!
- Abaixo FHC, Tasso e Juraci e o Plano Real de Fome!
- Greve geral por tempo indeterminado!
- Pelo Governo Operário e Camponês (ditadura do Proletariado) nascido da insurreição das massas!

# POR QUE É NECESSÁRIA A UNIDADE ENTRE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ALUNOS?

A Reforma neoliberal de FHC tem como uma de suas diretrizes fundamentais a destruição do serviço público. Nesta linha, não se trata de medida isolada que atinge este ou aquele setor: as condições de vida e de trabalho do conjunto do funcionalismo público federal e estadual estão sendo e ainda serão cada vez atacadas. Neste quadro, nós, trabalhadores da educação, não estamos à parte, pois nossa luta só pode triunfar se conseguirmos vencer um duplo obstáculo. Primeiro, devemos vencer o isolamento entre nossa luta (a luta dos servidores da educação) e a luta do conjunto do funcionalismo a nível nacional, e, para isso, devemos ser capazes de unir todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, ou seja, os professores, funcionários e alunos.

Na escola pública, o elo que une professores e funcionários é a condição de trabalhadores oprimidos. Ambos os setores são esmagados pela política de corte de verbas com o conseqüente arrocho salarial, fechamento de escolas e demissões. Os dois setores, se ficam isolados no momento e na preparação da luta, não podem levar a resistência e o confronto contra o governo até as últimas conseqüências. Cada um dos setores isolados não pode fazer com que a luta pelos salários evolua para a luta pela defesa da escola pública, e, desta forma, se enfraque-

cem e possibilitam que o governo continue aplicando o seu plano de destruição da escola pública.

Os alunos, embora não mantenham com o estado vínculo empregatício, ocupam no capitalismo condição de trabalhadores oprimidos, ou, pelo menos, são filhos destes. Como trabalhadores ou filhos de trabalhadores empobrecidos, não podem arcar com as despesas da escola privada, e por isso, têm interesse direto na manutenção de ensino público.

Nos últimos anos temos observado uma tendência à unidade sempre em que houveram lutas na educação. Instintivamente, alunos realizam passeatas em defesa das greves, funcionários engrossam piquetes de greve em unidade com professores e, não raro, professores e funcionários saem em greve conjuntamente. Apesar da tendência à unidade, os trabalhadores da educação enfrentam um tremendo entrave, advindo da política divisionista aplicada pelas direções burocráticas da APEOESP, AFUSE e entidades estudantis.

Corporativistas, todas elas disseminam junto aos trabalhadores a ilusão de que é possível conseguir algumas migalhas através da luta e da reivindicação individual de cada setor. Acabam por fim, beneficiando o governo Covas que não quer atirar migalhas, mas destruir a educação.

É por isso que nós da Corrente Proletária na Educação assinalamos que uma das condições para se resistir à política de destruição do ensino público aplicada pelo governo Mário Covas é a unidade de todos os explorados que têm interesse na manutenção da escola pública. Para a vitória, nossa luta deve se somar à resistência do conjunto do funcionalismo público nacional e à luta da classe operária pela destruição do capitalismo.

Movimento Operário



## Judiciário-SP

### Mobilização Convênio Creche-Escola.

No começo de fevereiro, a presidência do TJ decidiu acabar com o convênio creche-escola que mantinha há aproximadamente 15 anos com creches e pré-escolas para os filhos dos funcionários do Tribunal. Essa medida está em consonância com a Reforma Administrativa de FH/Covas de enxugamento da máquina, o que quer dizer arrancar conquistas dos trabalhadores.

Como a categoria guarda em seu bojo tradição de luta, fruto de experiências passadas quando do surgimento do SINJESP, imediatamente à decisão surgiu um movimento espontâneo de mães dispostas a fazer com que o TJ voltasse atrás. Revoltadas, organizaram uma ato em frente ao palácio que contou com quase duzentas pessoas. Tirou-se dali uma comissão que

teria por objetivo organizar o movimento e direcioná-lo. Neste ato foram tiradas várias deliberações e entre elas a participação ou não da ASSETEJ. Numa votação acirrada, aprovou-se a participação da mesma. Intervimos a favor com as restrições de que esta deveria participar, mas como auxiliadora material, porém não como direção, uma vez que sabíamos que esta associação nunca participou de lutas na categoria, que estava atrelada ao TJ e que se ganhasse a direção do movimento faria de tudo para desmobilizá-lo.

Ao longo de todo o movimento travamos uma luta em seu seio, tentando mostrar que se o movimento não tirasse propostas concretas de organização e crescimento (radicalização) o mesmo tenderia ao fracasso. Colocamos insistentemente a necessidade de se levar as crianças para os locais de trabalho e de organizar um ato massivo com a participação de todos os pais e que estes deveriam levar as crianças para este ato, de organizar passeatas e de se fazer boletins informativos e convocatórias com sistematicidade. Tentamos mostrar que esta decisão do TJ não é um fato isolado, que está vinculada à Reforma Administrativa do governo de esmagamento dos direitos dos servidores e que era preciso organizar toda a cate-

goria para lutar contra este e outros ataques que virão. Colocamos a necessidade de estender o movimento para o interior e assim ganhar força e unidade. Entretanto, o movimento acabou se colocando pela via da negociação e todas as propostas que vinham fortalecer o movimento eram rejeitadas. Sem perspectivas, o movimento acabou refluindo e quando a comissão tentou reorganizá-lo, através da aprovação de nossa propostas, já não havia mais como, pois espertamente o pelego já havia alcançado seu objetivo. Manobrou em todas as reuniões e assembleias, boicotou os trabalhos da comissão, que ao final ficou completamente perdida.

Esta experiência demonstra que a via da negociação invariavelmente leva à derrota dos trabalhadores e que a falta de um sindicato de luta e uma direção combativa também foram a causa da falta de perspectiva em que se colocou o movimento de pais.

Nós, trabalhadores do judiciário não podemos esperar mais.

Precisamos construir um sindicato de luta, pois esta foi apenas uma pequena amostra do que é a Reforma Administrativa e que sem organização não teremos nenhuma chance para enfrentar os ataques do governo.

# Resposta aos problemas fundamentais do momento

## A) Como potenciar a abstenção eleitoral massiva e o avanço político do POR?

## B) A urgência de vencer o obstáculo da burocracia sindical

### Introdução

O partido, sua militância, devem discutir cuidadosamente - começando pelas células - a proposta que segue, não como uma atividade acadêmica ou por cumprir um requisito a mais, mas com a finalidade de armar-se devidamente para pôr em prática os acordos que se adotem. Somente assim, poderemos potenciar-nos como organização revolucionária, como Estado maior chamado a timonear a revolução social.

Não se deve esquecer que a situação política que vivemos tende a dar um salto para frente, graças ao impulso instintivo das massas. Essa realidade coloca a necessidade de que o POR se converta em direção física das massas.

Março de 1997.

Comitê Central do POR.

### I. A tática da abstenção eleitoral massiva

1. O POR elabora sua tática eleitoral no marco de uma nítida concepção ideológica ao redor da impossibilidade de que na atrasada Bolívia - na qual o peso do precapitalismo é considerável - não houve, não há nem haverá democracia representativa burguesa. A extrema miséria imperante se traduz na agudização da luta de classes, o que fecha o caminho para que o parlamento possa converter-se em cenário de um desenvolvimento, da evolução pacífica do país, e abre o caminho para que impere a ação direta, que certamente é a negação e o desconhecimento nos fatos do ordenamento jurídico e inclusive das autoridades imperantes.

A crise econômica estrutural do capitalismo que se vive acentua os aspectos negativos do país, que impedem o florescimento da democracia formal.

A mal chamada Lei de Participação Popular do movimentismo serviçal do imperialismo se encaminha a destruir a democracia direta que ainda subsiste no interior e nos bairros marginais das cidades. Corresponde defender por todos os meios essa tradição popular que será assimilada pelo governo dos explorados e oprimidos de hoje.

2. Essa importante colocação porista não tem sido respondida adequadamente até agora. Parece que até o inimigo de classe nos dá razão com seu silêncio ao redor de um problema de primeiríssima importância. Pode-se dizer que a constatação pelo homem da rua de que a tão propagandeada democracia burguesa não é mais que uma impostura, que não existe, que o parlamento se converteu em um

circo que maneja ditatorialmente o ditador do Palácio Queimado, que os problemas nacionais e sociais - até o pagamento pontual de soldos - se resolvem nas ruas e a paus, que isso é a ação direta.

A experiência - mais que a prédica porista - tem obrigado as massas, a maioria nacional, a convencer-se de que as eleições, que são a engrenagem fundamental de toda a democracia, não são mais que uma farsa e não uma realidade, produto da demagogia, da farsa, da fraude, da imoralidade.

Tem sido desnudada a impostura de que o povo soberano usa a papeleta eleitoral para dar a seus representantes - sobretudo aos parlamentares - o mandato de converter em realidade suas colocações, o que é possível porque a lei supõe que todos os cidadãos são iguais diante dela. Os bolivianos sabem de sobra que os candidatos oferecem o paraíso durante as campanhas eleitorais e quando no poder fazem o contrário. A consequência é que a maioria nacional está com asco do carnal eleitoral, que não quer votar, que repudia o parlamento e o eleitoralismo.

3. As ilusões democráticas - crer que os problemas sociais e nacionais se resolvem, superam, eleitoral e parlamentarmente - constituem um sério obstáculo na luta revolucionária, fecham o caminho rumo ao poder aos explorados e oprimidos. É por isso que batemos palmas quando as massas superam as ilusões democráticas, que quer dizer que poderão marchar livremente rumo à revolução social, rumo à conquista do poder.

A corrente abstencionista, que é popular, é considerável, ainda que apareça confusa e contraditória. Neste momento, se apresenta como repúdio enérgico por momentos e até burlesco, ao cinismo, imoralidade e demagogia de todos os candidatos. A campanha revolucionária deve levar em conta essa realidade, a fim de imprimir-lhe conteúdo político e potenciá-lo. Seguir essa tendência popular pode ajudar a vanguarda revolucionária a não se separar e, ainda mais, a se entroncar na vida diária dos de baixo, uma forma de converter-se na direção física dos explorados e oprimidos.

4. Há que concentrar-se a atenção sobre a atitude assumida pelas massas diante dos politiquinhos corruptos e incapazes de todos os partidos eleitores burgueses e até "esquerdistas" de tom violeta, e lançar uma consigna que se projete para a resposta política revolucionária do momento que se vive. Isso equivale dizer que uma palavra, uma frase, atuem como o pavio que faz estourar a bomba. Propomos que se discuta o efeito

que pode ter uma consigna adequada às circunstâncias atuais, por exemplo, "Todos os candidatos são uma m...". Para isso se tem que realizar uma experiência: pichar a consigna e observar atenta e objetivamente seu efeito sobre a população. Depois é preciso adendar: Viva a abstenção massiva! Viva a revolução! Governo Operário e Camponês! etc.

5. Deve se ingressar imediatamente - toda a militância, as células, as direções - à campanha, tendo cuidado de incorporar aos contatos, simpatizantes, gentes da rua, nesse trabalho que tem que ser inevitavelmente coletivo.

Assim se busca que o partido penetre no mais profundo das massas, ganhe contatos e simpatizantes. A toda essa gente se tem que dar uma explicação política de nossa tática eleitoral.

6. Quando as massas tinham ilusões democráticas, participamos, seguindo diversos caminhos, nas eleições, buscando sempre dissipar essas ilusões e colocar os explorados e oprimidos no rumo da revolução.

Agora que se chegou ao esgotamento das ilusões democráticas, seria uma atitude estúpida, traidora, antimarxista, contrarrevolucionária, trabalhar para que volte a florescer nas massas, o que equivaleria retroceder o caminho recorrido e apartar as massas da luta pelo poder. Se isso fizesse, o POR se converteria em conservador e até poderia desaparecer.

Nossa tática eleitoral - e isso não se deve esquecer - corresponde a nossa finalidade estratégica de impulsionar as massas para a revolução social. Aqui radica o segredo da moral revolucionária.



## II. Vencer o obstáculo da burocracia sindical

1. A burocracia cobista é estalinista e por isso mesmo não alcança vislumbrar uma política conseqüente e oposta à burguesia: contrariamente, tem que buscar sempre a cooperação com a burguesia, considerada a protagonista da revolução democrática à margem da proletária, por um enorme espaço de tempo. Seria absurdo esperar do PRP uma política revolucionária, pois isso significaria que rompesse radicalmente com toda sua tradição e se lançasse à luta pela revolução proletária mundial.

Nossa análise e as conclusões que se desprendem dela tem sido confirmadas pelo desenvolvimento histórico. A burocracia cobista está já derrotada e atravessa

uma profunda crise interna. Os revolucionários temos que atuar conseqüentemente.

2. A burocracia destinada a apoiar os regimes burgueses no poder se converteu, por sua própria essência, em um dos maiores obstáculos no caminho revolucionário das massas radicalizadas. O maior desafio do momento está em que estamos obrigados a superar esse impedimento e devemos fazê-lo de imediato e com energia.

3. Neste plano e também no eleitoral, corresponde que livremos a batalha decisiva no seio das massas.

Imediatamente devemos penetrar nas massas de todos os setores sociais, com a finalidade de organizá-los e politizá-los, a fim de organizar sobre a marcha os comitês de base e greve, a fim de que cumpram a função das verdadeiras direções das mobilizações que virão de imediato.

4. A finalidade é a de que os poristas se incorporem desde as bases como verdadeira direção das maiorias, única maneira para que se possa timonear os explorados e oprimidos para a revolução

social, a conquista do poder, a colocação em pé da ditadura do proletariado, do governo operário-camponês.

Voltamos a repetir que não estamos fazendo colocações para que nunca se apliquem. Os camaradas devem discutir essas propostas buscando aplicar as conclusões de imediato. O tempo corre veloz e isso nos obriga a atuar em conseqüência.

5. Não temos que esquecer em nenhum momento que devemos sair enormemente potenciados da luta imediata que se abre diante de nós. A propaganda e os trabalhos práticos que realizamos não devem deixar de lado essa finalidade primordial.

Não podemos esquecer que se o POR não se converte em direção física das massas, a luta destas não culminará em vitória.

Por outro lado, devemos ligar a luta antieletoralista com a batalha contra a burocracia sindical estalinista, isso junto ao combate contra a globalidade da política da burguesia e de seu governo.

## O Intervencionismo Imperialista busca destruir a Insurreição na Albânia

Os organismos internacionais formados pelo imperialismo buscam sempre resolver os conflitos que ocorrem no mundo de acordo com seus interesses. É o que ocorre agora na Albânia.

A população saiu em manifestações massivas contra o governo de Sali Berisha, que alimentou a ciranda financeira das aplicações conhecidas como "pirâmide" (alardeavam lucros de 100% ao mês, mas acabaram por explodir o sistema financeiro, confiscando o dinheiro da população).

Das manifestações massivas, passaram rapidamente para o assalto aos quartéis, se apossando das armas. As milícias populares cresceram rapidamente pelo país, principalmente na região sul, mas tiveram um comando unificado. Lutam para pôr abaixo o governo de Berisha (do Partido Democrático).

Desde o início, o imperialismo procurou manobrar a situação. Por intermédio da União Européia, buscou-se construir um governo de União Nacional empossando como 1º ministro Bashkim Fino, do Partido Socialista (ex-Partido do Trabalho, estalinista).

A tentativa de colocar o estalinismo como co-governante é uma necessidade para acalmar as massas revoltas.

Mas as massas não recuaram em sua radicalização, principalmente ao ver que Fino seguia a cartilha imperialista de apoio a Berisha.

O imperialismo teme que esta luta, que é uma luta que vai contra a restauração capitalista, se expanda e se transforme em um passo para a revolução anti-restauracionista em todo Leste europeu.

Para evitar isto, a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) procurou formas sobre a melhor maneira de intervenção bélica.

A mais provável é a de que esta será mascarada como força para garantir a ajuda humanitária, mas sua função será a de conter as forças rebeldes e dar sustentação ao governo PD/PS de Berisha. O que significará um massacre para as massas.

### A Falta da IV Internacional e o Vazio Político

A falta de um Partido Operário Revolucionário na Albânia, criou um vazio na direção das massas insurgentes.

Apesar da população ter pego em armas contra o governo, elas não canalizavam a luta de forma conseqüente para marchar a Tirana e derubar Berisha imediatamente.

O próprio nascimento do *Comitê Revolucionário* na região sul não consegue superar este problema, pois tem como palavra de ordem a renúncia de Berisha e a convocação imediata de novas eleições, ou seja, com o país nas mãos esperando apenas a tomada do governo, a direção se coloca por recuar a tomada do poder e

a esperar novas eleições. Além disso, essa direção do movimento que está se formando ainda tem a ilusão de que setores do estalinismo possam romper com o governo e se colocarem pela construção de um novo governo. Proposta deste tipo foi enviada a Fino, mas este negou a aceitá-la afirmando que seria um golpe, o que vem a provar mais uma vez como a casta estalinista do PS esta totalmente favorável à continuidade de Berisha.

O importante é que esta onda de marasmo, vacilações, e apatia da direção, criou a possibilidade do imperialismo superar a surpresa inicial e começar os preparativos para sufocar a rebelião.

Aos revolucionários albaneses resta a tarefa de organizar um verdadeiro partido revolucionário na luta, com uma clara delimitação do estalinismo e do imperialismo está é a única forma de organizar um movimento vitorioso, pois se esta direção do Comitê Revolucionário se manter ela trará a derrota ao movimento, o que significa o massacre dos insurgentes.

Quanto aos revolucionários brasileiros, como o das demais partes do mundo, devem apoiar intransigentemente a luta do povo albanês pelas sua libertação.

Por um Governo Operário e Camponês na Albânia!

Organizar o Estado Maior da Revolução Proletária!

